

Ordem debate estratégias rumo a 2020

Sob o mote "Engenharia 2020 – Uma Estratégia para Portugal", o 20.º Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros serviu de veículo para delinear estratégias e objectivos para aproveitar o próximo Quadro Comunitário com o horizonte 2020 em vista. A conclusão do evento foi óbvia: este quadro é uma oportunidade que não pode ser perdida sob pena de colocar o crescimento em risco e a engenharia será o motor da eventual viragem económica lusa

Pedro Cristino (pcristino@construir.pt)

A Alfândega do Porto foi o palco escolhido pela Ordem dos Engenheiros (OE) para a realização do seu 20.º Congresso Nacional, realizado entre 17 e 19 de Outubro, sob o mote "Engenharia 2020 – Uma Estratégia para Portugal". Os principais objectivos deste congresso consistiram em "compreender o papel da engenharia portuguesa e alinhar estratégias de acção no horizonte 2020", como foi referido pelos participantes. A sessão de abertura contou com as intervenções de Fernando de Almeida Santos, presidente da Região Norte da OE, e do bastonário da Ordem, Carlos Matias Ramos.

Engenharia como "epicentro" do crescimento

Neste arranque, Almeida Santos sublinhou a importância de encarar a engenharia como o "epicentro" do crescimento saudável e sustentável, equacionado na Engenharia 2020. "É necessário reconhecer o papel do engenheiro da sociedade", clarificou o presidente da Região Norte da OE. Já Carlos Matias Ramos reforçou a importância da engenharia na aplicação dos fundos



européus, nomeadamente na atribuição de "racionalidade" às decisões de investimento no âmbito do programa 2020 e referiu que o Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros "pretende estimular a reflexão e o debate sobre linhas de acção futura". O bastonário da OE

realçou ainda que os desafios do novo quadro comunitário "implicam uma estratégia colectiva consensual", ligada à inovação, "potenciando as conexões entre as empresas e as instituições académicas". "O "made in Portugal" depende da existência ou não de

capacidade inovadora", continuou Matias Ramos, evidenciando a necessidade de se potenciar o posicionamento "já por si estratégico" do país através do desenvolvimento de áreas como o ensino, a investigação, tecnologias e telecomunicações e infra-estruturas". Um dos



DR.

principais assuntos abordados por Carlos Matias Ramos foi a educação e formação na engenharia, numa altura em que as colocações do ensino superior nos cursos de engenharia ficaram aquém do esperado, com mais de metade dos cursos sem qualquer aluno na primeira fase do processo de acesso ao ensino superior. “A engenharia é, apesar do momento que vivemos e não obstante a existência de falta de actividade, uma das áreas que mais oportunidades de emprego proporciona”, tanto a nível nacional como internacional, destacou, explicando que a Ordem dos Engenheiros “sempre se manifestou por um ensino exigente e rigoroso da engenharia”. Neste âmbito, a OE destacou que a formação de base e ao longo da vida dos engenheiros portugueses alcançou, recentemente, o reconhecimento comunitário com a eleição de José Vieira, vice-presidente nacional da Ordem, para a presidência da Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenharia (FEANI). A conferência inaugural, proferida por Luís Valente de Oliveira, debruçou-se sobre o tema “A Europa e Portugal – o contexto inicial e os desafios”, e serviu para contextualizar o quadro envolvente da implementação do Acordo de Parceria celebrado entre Portugal e a Co-

Carlos Matias Ramos reforçou a importância da engenharia na aplicação dos fundos europeus, nomeadamente na atribuição de “racionalidade” às decisões de investimento no âmbito do programa 2020 e referiu que o Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros “pretende estimular a reflexão e o debate sobre linhas de acção futura”

missão Europeia, que assumiu um papel fulcral no âmbito do tema do congresso. Esta conferência foi o tiro de partida para a análise das directivas e fundos europeus no horizonte 2020, tema transversal em todas as sessões do congresso.

Investigação e inovação

A sessão plenária “Engenharia 2020 – Uma Estratégia para Portugal” contou com a participação de Sebastião Feyo de Azevedo, reitor da Universidade do Porto, Carlos Neves, vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Luís Braga da Cruz, presidente da Fundação Serralves, e João Bento, presidente executivo da EFACEC. O reitor da Universidade do Porto abordou o tema da investigação e da inovação, “num ano em que se inicia a aplicação de um importantíssimo programa de fomento do desenvolvimento europeu, o programa Horizonte 2020 (H2020)”. Para Feyo

de Azevedo, a abordagem tem de ser percebida no quadro de uma visão de política de desenvolvimento para Portugal, relativamente à qual salientou dois aspectos principais. “O primeiro é tão simplesmente que Portugal tem que se afirmar, e tem todas as condições para se afirmar, como um país de conhecimento, de desenvolvimento tecnológico e de ciência e não como um país de serviços”. O segundo aspecto, que assenta no primeiro, “é o de entendermos e beneficiarmos do nosso papel histórico no mundo”. Para o engenheiro, Portugal é hoje um país europeu, membro da União Europeia (UE), “e devemos, consequentemente, ter como objectivo futuro o fortalecimento da nossa integração plena neste continente em que vivemos, colaboramos e competimos”. Para Feyo de Azevedo, a actual conjuntura mostra que esta integração está “longe” de ter sido alcançada. “Devemos cooperar com

os países da UE, o que desde logo significa que temos que interiorizar e adoptar os critérios de qualidade e desenvolvimento que são compreendidos e se aplicam nesta Europa do Século XXI”, continuou. Contudo, Feyo de Azevedo salientou também que o país tem uma cultura e uma vocação “universais”. “Portugal é país e nação com história secular, com ideláveis laços a África, às Américas e à Ásia, com cultura e personalidade próprias e distintas”, explicou, acrescentando que, “por tudo o que a nossa história universal representa, temos necessariamente que desenvolver ou fortalecer laços com países de outras áreas geográficas, de outros continentes, nomeadamente com os países da lusofonia, no que deveremos procurar um papel de charneira com a Europa, num esforço de cooperação que deverá beneficiar todos”. Para o reitor da Universidade do Porto, é com as valências europeias do século XXI e com as valências “da nossa história secular que iremos ser capazes de cooperar, de nos desenvolvermos, de exportar o nosso conhecimento para o mundo”. Assim, o conhecimento científico, tecnológico e cultural portugueses representam “uma grande mais-valia para alimentar o nosso progresso”. Segundo o engenheiro, é nesta



© khunaspix - Fotolia.com

“a competitividade de uma economia depende da conjugação de um conjunto de variáveis sócio-económicas, destacando, pela sua importância, as que estão associadas aos factores de produção e à produtividade”, explicou João Bento, presidente executivo da EFACEC

complementaridade de objectivos que o H2020 “representa verdadeiramente uma oportunidade imperdível para relançarmos todo o nosso desenvolvimento, para retomarmos esse único caminho que pode levar-nos a um desenvolvimento genuíno e estável, o caminho do aumento, do fortalecimento do nosso conhecimento, no todo da nossa sociedade: na universidade, nas empresas e no tecido social”.

Inovação substitui trabalho

João Bento, explicou que a competitividade de uma economia depende da conjugação de um conjunto de variáveis sócio-económicas, destacando, pela sua importância, as que estão associadas aos factores de produção e à produtividade. Para o presidente da COTEC Portugal e presidente executivo da EFACEC, é com base neste enqua-

dramento que se discute o papel da inovação e da engenharia na evolução de tais factores. “Por entre as diferentes visões que se reúnem em torno do vivo debate sobre as opções para o crescimento e a melhoria da competitividade à disposição de uma pequena economia aberta como a portuguesa, pode extrair-se, pelo menos, um traço comum: o relançamento do crescimento terá que assentar mais em novos factores de desenvolvimento, do que em contributos mais clássicos, isto é, será mais baseado no conhecimento e na inovação, do que no capital e no trabalho”. Por outro lado, “começa a tornar-se preponderante, também, a ideia de que a Europa deve evoluir para uma maior presença da actividade industrial na formação de riqueza”. Segundo João Bento, o objectivo vigente para a União, “ainda que de forma não

vinculativa para cada país-membro, é a de que a indústria possa representar 20% do produto interno bruto da União Europeia em 2020”. Contudo, o relançamento da actividade industrial, “terá que assentar num conceito de indústria novo, numa indústria nova, de menor intensidade energética, laboral e ambiental, por um lado, de maior intensidade tecnológica e de conhecimento, por outro, mas também atendendo a novas estéticas e a novas formas de comercialização e, sem qualquer dúvida, muito mais virada para o mercado global”. “Em síntese, deseja-se uma indústria e uma economia assentes em inovação”, concluiu.

Medidas de apoio ao sector da construção

Na sessão técnica sobre Infra-estruturas, Artur Pinto Ravara, membro conselheiro da Ordem dos Engenheiros, apresentou algumas medidas de apoio à recuperação da economia e à criação de emprego no sector da construção, um dos mais atingidos pela actual conjuntura económica, na sua intervenção

intitulada “Medidas de Apoio à Recuperação da Economia e à Criação de Emprego no Sector da Construção”. Esta intervenção foi o motor para o debate “Infra-estruturas para os transportes no Portugal 2020”. Pinto Ravara defendeu a necessidade de medidas de efeito imediato que “suavizem”, durante o período de ajustamento do sector produtivo, que “será necessariamente longo”, os seus efeitos negativos nos sectores mais vulneráveis, como o da construção. O membro conselheiro da OE passou em revista, de forma resumida, o Compromisso para a Competitividade Sustentável do sector da Construção e Imobiliário, firmado pelo Governo e a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), em Março do ano passado, referindo o impacto expectável das medidas aí contidas. Foram ainda propostas, nesta intervenção, duas medidas de carácter fiscal, no quadro de apoio à reabilitação do património edificado, que considera poderem constituir, com efeito imediato, um forte estímulo à dinamização do mercado e criação de emprego no sector.



D.R.

“O novo Quadro Comunitário terá de ser assumido como determinante numa estratégia de convergência do país na luta por uma economia real, em oposição à economia virtual”, ressaltou Carlos Matias Ramos

nal, a integração de infra-estruturas e redes e a necessidade de uma reindustrialização estratégica foram as conclusões que assumiram particular relevância no final dos trabalhos. Manuel Castro Almeida referiu que o Portugal 2020 “foi desenhado com vista a aumentar a competitividade do país” e salientou o papel fundamental dos engenheiros na produção de inovação, designada “o motor da competitividade”. O carácter transversal do ensino superior foi um elemento constante ao longo do evento, com particular relevo no que concerne à criação e manutenção de centros científicos e tecnológicos de excelência, “indispensáveis para a sustentação de uma “economia do conhecimento”, e a cooperação entre o mundo académico e o tecido empresarial”. Outro aspecto reflectido e destacado foi a urgência na internacionalização das empresas, negócios e produtos nacionais, no sentido de figurar como uma estratégia importante para o futuro económico do país. Foram também debatidas abordagens de utilização e implementação de metodologias, sistemas e ferramentas de gestão sob temas como a eficiência e a produtividade, sustentabilidade e responsabilidade social das empresas. “O novo Quadro Comunitário terá de ser assumido como determinante numa estratégia de convergência do país na luta por uma economia real, em oposição à economia virtual”, ressaltou Carlos Matias Ramos. Segundo o bastonário da OE, “os desafios do novo Quadro impõem uma estratégia colectiva, consensual e mobilizadora da capacidade instalada no país, com apostas no conhecimento, no desenvolvimento equilibrado do território e na modernização das empresas, apostas que passam por uma forte ligação à inovação, potenciando um maior entrosamento entre as empresas e as escolas de ensino superior de engenharia”. ■

Infra-estruturas de transportes

À abordagem de Artur Pinto Ravara, seguiu-se a mesa redonda formada para o debate “Infra-estruturas para os transportes no Portugal 2020”, moderada por Cristina Machado, presidente do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, e por Fernando de Almeida Santos. Este debate contou com a participação de João Rebelo, presidente do conselho de administração da Metro Mondego, João Falcão e Cunha, director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Álvaro Oliveira Costa, professor da FEUP, João Braga da Cruz, da administração dos Portos do Douro e de Leixões, Ernesto Martins Brito, consultor na área dos transportes ferroviários e da deputada Carina Oliveira. Desta mesa saiu uma observação com diversos pontos de vista e abordagens para o futuro com vista à superação dos problemas actuais e ao crescimento económico, tendo a aposta nas vias de comunicação rodoviárias, portuárias e ferroviárias o consenso entre os participantes.

Em prol de uma estratégia colectiva

Nos dois dias em que se desenrolou o congresso, a OE promoveu o debate acerca das estratégias para o aumento da competitividade e

fomento da economia portuguesa. A sessão de encerramento foi o veículo para a apresentação das principais conclusões deste evento, perante a presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida. Ao todo, foram 600 os congressistas participantes, em

mais de uma dezena de sessões plenárias e técnicas, onde se criou consenso no que se refere à definição das principais estratégias até 2020. Neste contexto, a aposta na formação de base e no ensino superior nas áreas das engenharias, a inovação como motor para o desenvolvimento económico nacio-



DOCUMENTO ORIENTADOR PARA O INVESTIMENTO PÚBLICO

Aos jornalistas presentes, o bastonário da OE, Carlos Matias Ramos, aproveitou para falar do Documento Orientador para o Investimento Público, lançado pela Ordem em 2012. “O nosso grande objectivo é que os riscos dos erros nos investimentos públicos sejam reduzidíssimos”, referiu relativamente a este documento, salientando a necessidade de constatação de que todos os pontos “que considerarmos relevantes são observados” aquando da decisão política de avançar para um projecto público. “Incomodam-me, por exemplo, as frequentes referências a opções de localização do terminal de contentores, ora na Trafaria, ora no Barreiro, que significam que, por trás, não existe uma sustentação técnica, económica, financeira, ambiental e de ordenamento do território que justifique a opção tomada”, destacou. Matias Ramos explicou que a Ordem defende, “de forma intransigente”, que “tudo deve ser objecto de uma análise profunda que inclua todos aqueles pontos referidos” de forma a que a decisão “não seja do Governo, mas seja uma decisão de Estado, isto é, independente da necessidade que cada Governo tem de dizer “a obra do regime””. “Não queremos obras de regime. Queremos obras devidamente sustentadas”, reforçou aludindo aos pareceres técnicos. Contudo, explicou que a decisão “é sempre política, mas não pode ser objecto de contestação por não ser devidamente sustentada”.